

# Fórum Não Governamental para a Inclusão Social

## Acção de Formação

A Estratégia de Lisboa  
Renovada: preparação do  
PNAI 2006-2008

Lisboa, 7 Junho 2006



## Objectivos da Formação

- Conhecer os “antepassados” e a história do combate à pobreza e exclusão social no espaço da União Europeia
- Conhecer a Estratégia de Lisboa e os seus principais desenvolvimentos (2000 – 2005)
- Conhecer a Estratégia de Lisboa Renovada (2005)
- Conhecer o estado actual da Estratégia de Lisboa Renovada ao nível europeu e nacional (2005 – 2010)
- Preparar as entidades membro do FNGIS para uma participação activa na formulação de propostas para o PNAI 2006 - 2008

## A Estratégia de Lisboa: os “antepassados”

- 1961-1972 – Fundos Sociais (reforma)
- 1969 – Harmonização do mercado de trabalho e das políticas nacionais
- 1974 – Programa de Acção Social (Crise petrolífera)
- 1975 – 1980 – 1.º Programa de Luta Contra a Pobreza (+ introdução de fundos sociais específicos)
- 1985 – 2.º Programa de Luta Contra a Pobreza
- 1986 – Adesão de Portugal e Espanha à Comunidade Europeia
- 1988 – Reforma do Fundo Social Europeu
- 1989 – Carta Comunitária dos Direitos Sociais
- 1989 – 1993 – 3.º Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza

## A Estratégia de Lisboa: os “antepassados” (2)

- 1990 – Recomendação da Comissão para o apoio a Redes Nacionais e criação de Programas Nacionais de Combate à Pobreza
- 1991 – Tratado de Maastricht
- 1992 – Recomendação da Comissão para a adopção de Medidas de Rendimento Mínimo Garantido (em Portugal é adoptado em 1997)
- 1993 – Livro Branco Dellors (“Crescimento, Competitividade, emprego”)
- 1994 – Introdução do conceito de Diálogo Social (Comité de Sábios)
- 1994 – O “embargo” da subsidiariedade e o fim do Programa Europeu de Luta Contra a Pobreza

## A Estratégia de Lisboa: os “antepassados” (3)

- 1995 – 1997 – Novo Programa de Acção Social
- 1995 – Novo Alargamento da União Europeia (Áustria, Finlândia e Suécia)
- 1997 – Tratado de Amesterdão e Cimeira do Luxemburgo (Emprego)
- 1997 – Ano Europeu de Luta Contra o Racismo, a Xenofobia e o Anti-semitismo
- 1998 – 2000 – Novo Programa de Acção Social (regresso dos Projectos Transnacionais – “Medidas preparatórias”...)
- 2000 – Presidência Portuguesa da EU e Cimeira de Nice (Presidência Francesa da EU)
- Dezembro de 2001: nasce definitivamente a Estratégia de Lisboa

## A Estratégia de Lisboa 2000: principais ideias

- A Estratégia de Lisboa era um processo de trabalho acordado entre todos os Estados-membros da União Europeia (15), com objectivos comuns entre 2000 e 2010 para fazer da União *“a economia mais competitiva e dinâmica do mundo, baseada na gestão do conhecimento e da inovação, capaz de um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e maior coesão social”*
- Tinha como ideia de base a existência de um triângulo equilátero e virtuoso entre os seguintes eixos: **Reformas económicas, Criação de Emprego e Coesão Social**
- Especificamente na área da **Inclusão Social**, e tendo como pano de fundo o **Método Aberto de Coordenação**, é criado o **Comité de Protecção Social** (segurança social, modernização da saúde e dos sistemas de pensões), organismo responsável por acompanhar e pilotar a implementação da Estratégia.

## A Estratégia de Lisboa: principais ideias (2)

### Método Aberto de Coordenação (MAC):

- Uma abordagem comum descentralizada (objectivos comuns, Planos Nacionais de Acção para a Inclusão);
- Um processo com vista a uma aprendizagem mútua (Revisão de Pares (Peer Review), Indicadores Comuns, Transferência de boas práticas)
- Participação muito activa de todos os actores
- Maior coordenação entre o Conselho Europeu e a Comissão
- Relatórios conjuntos sobre a Inclusão Social

## **A Estratégia de Lisboa: principais ideias (2)**

### **Objectivos Comuns:**

- 1. Promover a participação no emprego e o acesso de todos aos recursos, aos direitos, aos bens e serviços.**
- 2. Prevenir os riscos de exclusão**
- 3. Actuar em favor dos grupos mais vulneráveis**
- 4. Mobilizar o conjunto dos intervenientes**



## A Estratégia de Lisboa: principais ideias (3)

### Formas de concretização do Método Aberto de Coordenação:

- **Objectivos comuns** (4)
- **Planos Nacionais de Acção para a Inclusão** (2001-2003, 2003-2005, Actualização em 2005)
- **Relatórios conjuntos de inclusão social** (2001, 2004 e Relatório Conjunto sobre Protecção e Inclusão Social de 2005)
- **Indicadores de Inclusão Social** (10 indicadores Primários + 8 Indicadores Secundários)
- **Programa Comunitário de Luta Contra a Exclusão Social** (Investigação, Projectos de Cooperação Transnacional, Projectos de Sensibilização, Mesa Redonda Anual, Apoio Redes Transnacionais Europeias, Encontro Europeu de pessoas em situação de pobreza)

## A Estratégia de Lisboa: o que aconteceu?

### Entre 2001 e 2005:

- Embora se registem significativos avanços (e que estão registados nos Relatórios Conjuntos de Inclusão Social), foi óbvio que, essencialmente por falta de empenhamento político, por falta de visibilidade e por instabilidades várias em termos políticos (nacionais e internacionais), a Estratégia pouco avançou.

### Entre 2005 e 2006:

- A partir de uma iniciativa da nova Comissão Europeia, iniciou-se um processo de revisão da Estratégia que viria a dar lugar à Estratégia de Lisboa Renovada. Os Estados-membros são convidados a formular Planos Nacionais de Reforma. Concretamente em relação ao PNAI, é solicitada uma avaliação on-going e uma actualização (com o argumento que era necessário acertar calendários).

## A Estratégia de Lisboa: o que aconteceu? (2)

### Em Fevereiro de 2005:

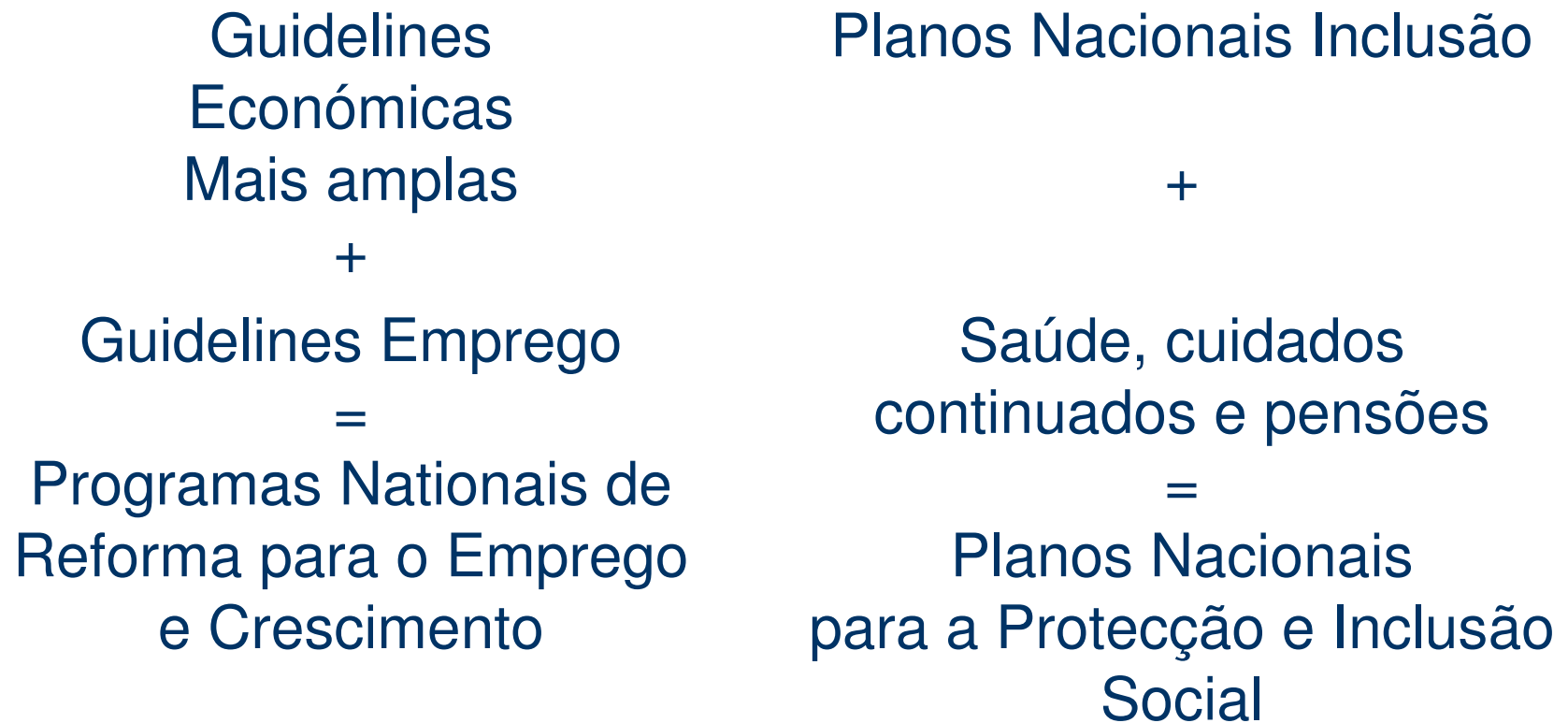
- A Comissão deixou de dar um lugar prioritário à luta contra a pobreza e a exclusão social, quando, e paradoxalmente, praticamente não se haviam registado progressos em relação aos objectivos definidos em 2000.
- No Comunicado do Presidente da Comissão Durão Barroso ao Conselho Europeu da Primavera propõe-se esta revisão sem fazer uma menção explícita ao objectivo da erradicação da pobreza como missão fundamental da política social europeia. Em todo o comunicado, a única frase concreta, ainda que bastante “descafeinada” é a seguinte:

*“As políticas de Inclusão Social tem que manter-se, por parte da União e dos Estados-membros, com um enfoque multidimensional, dirigindo-se a grupos-alvo como a pobreza infantil”*

## 2005: A Estratégia de Lisboa Renovada

- **Três áreas da Nova Estratégia:**
  - **Mais crescimento:** fazer da Europa um lugar mais atractivo para investir e trabalhar
  - **Criar mais e melhores empregos:** conhecimento e inovação para o emprego
  - **Melhor Governação:** maior coordenação das políticas macro e micro económicas
- No processo de revisão da Estratégia de Lisboa é dado ênfase à **Estratégia de Desenvolvimento Sustentável** na qual se espera que caibam os desígnios da Inclusão Social.
- Estas “ideias-força” desenvolvem-se através da **Estratégia de Emprego e Crescimento** e dos **Programas Nacionais de Reforma**.
- Por outro lado, temos a **Estratégia de Racionalização** (Streamlining) de Inclusão Social e de Protecção Social e os Planos que unificam os Planos Nacionais de Acção para a Inclusão e os Planos similares em termos de Saúde, Cuidados continuados e Pensões. Isto dará origem aos Relatórios Nacionais para a Protecção Social e Inclusão Social.

## O novo sistema de “Lisboa”



## A situação actual em termos nacionais

- O Governo Português, e de acordo com as orientações comunitárias apresenta em Outubro de 2005 o PNACE: Plano Nacional para o Crescimento e o Emprego (2005 – 2008). O PNACE passa a ser o instrumento “vertebrador” da Estratégia de Lisboa Renovada em Portugal
- No PNACE, o Plano Nacional de Acção para a a Inclusão encontra-se praticamente ausente (remetido para anexo, desrespeitando por completo uma recomendação da Comissão)
- A partir de Março de 2006, e de acordo com as linhas de orientação da Comissão aprovadas pelo Conselho Europeu da Primavera, **Portugal dá início à elaboração do Relatório Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social**, onde está integrado (“racionalizado”) o Plano Nacional de Acção para a Inclusão.
- O Relatório Nacional para a Protecção e Inclusão Social deverá ser elaborado de acordo com as linhas de orientação e objectivos aprovados pelo Conselho Europeu de Março 2006. A Comissão recomenda aos Estados-membros que, independentemente do novo formato, **sejam mantidos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão independentes**. Recomenda igualmente que seja **reforçada a participação da Sociedade Civil** na elaboração do Relatório

## A situação actual em termos nacionais (2)

### Algumas das grandes questões actualmente são:

- Qual é o lugar da inclusão social e do combate à pobreza e exclusão social no quadro do PNACE?
- Qual o lugar, a centralidade desejada e a verdadeira articulação entre o PNACE e o Relatório Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social?
- E qual a articulação existente entre a Inclusão Social e a própria Protecção Social (Racionalização)? Qual o papel da luta contra a pobreza no processo de racionalização?
- Irá Portugal manter um Plano Nacional (Autónimo) de Inclusão Social?
- Que financiamento para a Inclusão Social? Qual o lugar da Inclusão Social na definição do novo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)?

## A situação actual em termos nacionais (3)

**Conselho Europeu da Primavera, 2005**

- Relançamento da Estratégia de Lisboa
- Mais focalização
- Mais coordenação
- Programas Nacionais de Reforma com 24 linhas directrizes

**Conselho Europeu da Primavera, 2006**

- Novo impulso
- 4 Prioridades

**ENDS - Estratégia Nacional  
Desenvolvimento Sustentável**

Grandes Opções do Plano

Programa  
de Governo

PT - Plano Tecnológico

**PNACE  
2005-2008**

- ▶ um programa âncora;
- ▶ um programa de iniciativa pública em parceria com a sociedade civil;
- ▶ foco económico para salvaguardar o Estado Social moderno

PEC - Plano de Estabilidade e Crescimento

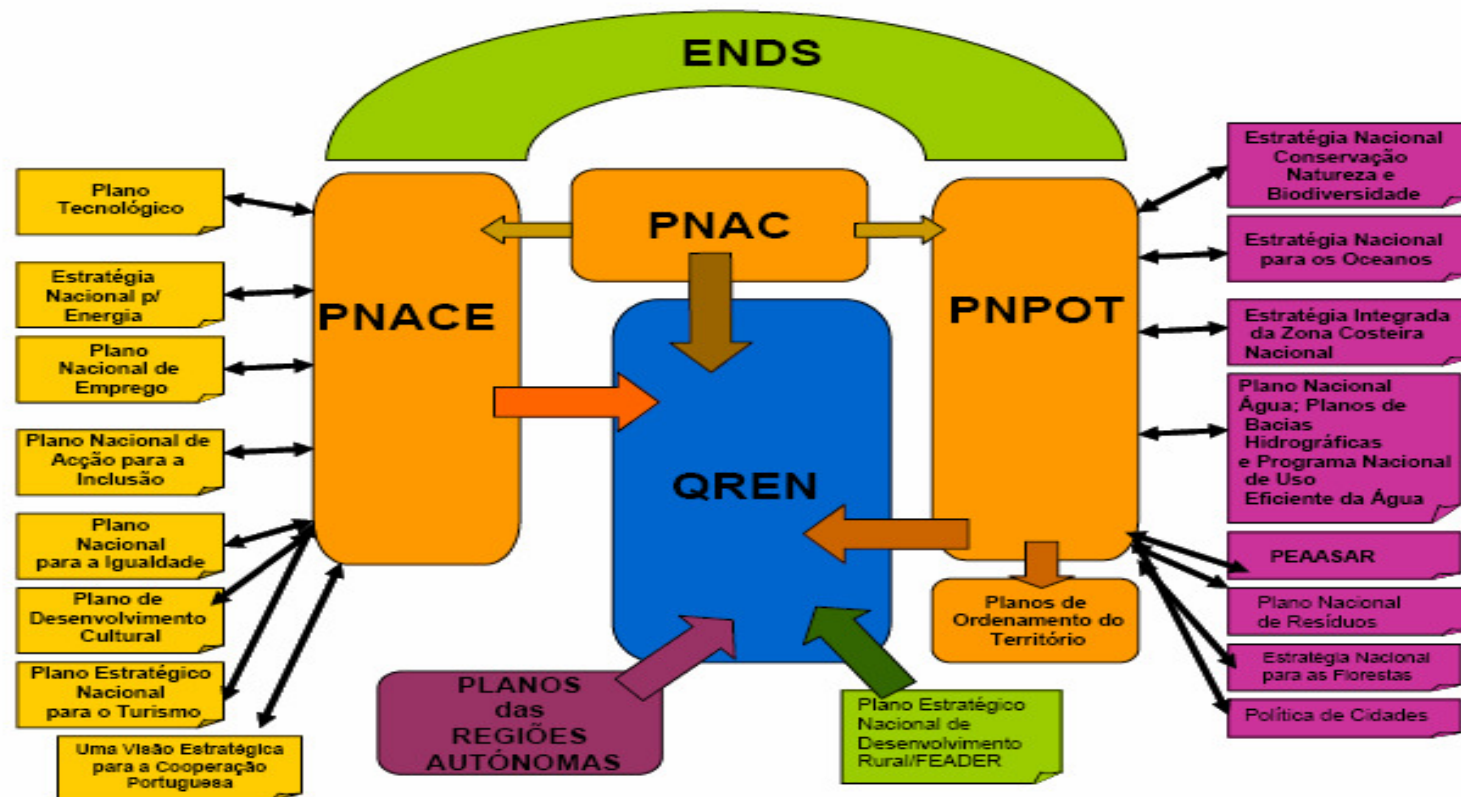
Quadro de Referência  
Estratégica Nacional  
[2007/2013]

Outros Programas e  
Planos Sectoriais e  
contributos dos  
Parceiros Sociais e da  
Sociedade Civil

PNE - Plano Nacional  
de Emprego  
[2005/2008]

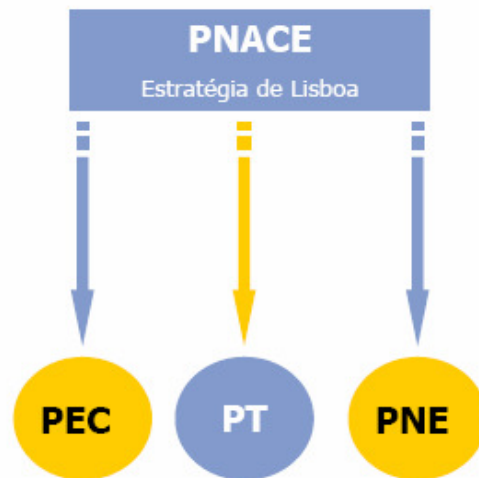


## A situação actual em termos nacionais (4)



## A situação actual em termos nacionais (5)

Uma Agenda de Mobilização e Acção para o crescimento e a competitividade



## A Inclusão Social na actualidade

- O Conselho Europeu da Primavera (Março 2006) aprova Novos Objectivos Europeus: três objectivos abrangentes (“arco”) e objectivos para cada uma das áreas de Inclusão Social, Pensões, Saúde e Cuidados Continuados.  
**Os objectivos abrangentes do Método Aberto de Coordenação nas áreas da protecção social e inclusão social são:**
  - a) a coesão social, a igualdade entre homens e mulheres e a igualdade de oportunidades, através de sistemas de protecção social e de políticas da inclusão social adequados, acessíveis, viáveis financeiramente, adaptáveis e eficazes;
  - b) uma interacção eficaz e mútua entre os objectivos de Lisboa e o aumento de crescimento económico, mais e melhores empregos com maior coesão social e ainda a estratégia de desenvolvimento sustentável da UE;
  - c) o reforço da governação, a transparência e a participação dos agentes relevantes na concepção, aplicação e acompanhamento das políticas.

## A Inclusão Social na actualidade (2)

- Objectivos aplicáveis às diferentes vertentes do trabalho:

***Produzir um impacto decisivo na erradicação da pobreza e da exclusão social, garantindo:***

- d) o acesso universal aos recursos, direitos e serviços necessários à participação na sociedade, prevenindo e combatendo a exclusão e lutando contra todas as formas de discriminação a ela conducentes;
- e) a inclusão social activa de todos os cidadãos, promovendo a participação no mercado de trabalho e combatendo a pobreza e a exclusão;
- f) que as políticas de inclusão social são bem coordenadas e contam com envolvimento de todos os níveis do governo e agentes pertinentes (incluindo as pessoas que vivem na pobreza), que são eficientes e integradas em todas as políticas públicas relevantes, designadamente as políticas económicas e orçamentais, de educação e formação e os programas dos fundos estruturais (nomeadamente o FSE).

## A Inclusão Social na actualidade (3)

### *Pensões adequadas e sustentáveis, garantindo:*

- g) um rendimento adequado na reforma para todas as pessoas e acesso a pensões que lhes permitam manter, numa medida razoável, os seus padrões de vida após a reforma, no espírito de solidariedade e justiça entre e nas gerações;
- h) a viabilidade financeira dos regimes públicos e privados de pensões, não esquecendo as pressões nas finanças públicas e o envelhecimento demográfico, no contexto da estratégia em três vertentes para corrigir as implicações orçamentais do envelhecimento, designadamente através: do apoio ao prolongamento da vida profissional e do envelhecimento activo; do equilíbrio entre contribuições e prestações, de forma adequada e socialmente justa; e da promoção da acessibilidade financeira e segurança dos regimes por capitalização e privados;
- i) que os regimes de pensões são transparentes, bem adaptados às necessidades e às aspirações de homens e mulheres e às exigências das sociedades modernas, ao envelhecimento demográfico e à mudança estrutural; que as pessoas recebem as informações de que necessitam para planear a sua retirada da vida activa e que as reformas são conduzidas com base no consenso mais alargado possível.

## A Inclusão Social na actualidade (4)

### *Cuidados de saúde e cuidados prolongados acessíveis, de qualidade e sustentáveis, garantindo:*

- j) o acesso de todos a cuidados de saúde e a cuidados prolongados adequados e que a necessidade destes não conduza à pobreza e à dependência financeira; e que sejam colmatadas as desigualdades no acesso aos cuidados e consequências para a saúde;
- k) a qualidade dos cuidados de saúde e dos cuidados prolongados, adaptando-os à evolução das necessidades e preferências da sociedade e dos indivíduos (também através do desenvolvimento de cuidados preventivos), em especial através da definição de normas de qualidade que traduzam as melhores práticas internacionais e do reforço da responsabilidade dos profissionais de saúde, bem como dos doentes e dos beneficiários dos cuidados;
- l) a manutenção da acessibilidade e da sustentabilidade financeira de cuidados de saúde e cuidados prolongados de qualidade, promovendo uma utilização racional dos recursos, nomeadamente através de incentivos adequados a utentes e prestadores, de uma boa governação e da coordenação entre sistemas de cuidados e instituições públicas e privadas. A sustentabilidade a longo prazo e a qualidade implicam a promoção de estilos de vida saudáveis e activos e de bons recursos humanos ao serviço do sector dos cuidados.

## Agenda (desde Outubro 2005)

- Estados membros apresentam Programas Nacionais para a Estratégia de Lisboa Renovada 2005-2008 (Outubro 2005)
- Streamlining - Revisão dos Objectivos finalizada: Janeiro 2006
- Conselho de Ministros Informal (EPSCO - Villach 20 Janeiro)
- Comissão apresenta documento de consulta sobre o Rendimento Mínimo: Fevereiro 2006
- EPSCO (Conselho de Ministros do Emprego, Políticas Sociais, Saúde e Consumidores) – 10 Março
- Linhas de orientação para os Relatórios Nacionais para a Protecção Social e Inclusão Social: Março 2006
- Conselho Europeu da Primavera – Revisão dos Objectivos adoptada (23 e 24 Março 2006)
- Estados membros enviam os Relatórios Nacionais para a Protecção Social e Inclusão Social: 15 Setembro 2006
- Estados-membros enviam Relatório de Progresso sobre a Estratégia de Lisboa Renovada (Programas Nacionais de Reforma - PNACE: Outubro 2006)



## A Estratégia de Lisboa Renovada: os desafios

- Insistir que o objectivo de produzir um impacto decisivo no sentido da erradicação da pobreza até 2010 não pode ser abandonado
- Insistir que a implementação da estratégia de Lisboa renovada e a revisão do método aberto de coordenação devem ser uma forma de reforçar e não de diminuir o foco de atenção em relação à pobreza
- Reconhecer que o investimento em altos níveis de protecção social é uma parte essencial do Modelo Social Europeu que deve ser mantida paralelamente com o objectivo do crescimento e melhores empregos
- Pressionar os estados-membros para que inscrevam nos seus planos de inclusão 2006-2008 metas ambiciosas para a redução da pobreza em 2010 (e que essas metas mencionem explicitamente os grupos mais excluídos)



## PNAI 2006 - 2008: os desafios

- Pressionar os governos para que existam verdadeiros Planos Nacionais e Regionais de Acção para a Inclusão (com base nos objectivos de Nice) e nos quais a participação seja uma realidade transversal (boa governação)
- Reforçar a ideia da descentralização da luta contra a pobreza mas mantendo um forte compromisso europeu (Objectivos)
- Reforçar a participação e visibilidade da sociedade civil, principalmente a participação das pessoas que vivem em situação de pobreza
- Ir ao encontro das necessidades dos grupos mais vulneráveis
- Garantir instrumentos úteis e acessíveis no âmbito dos Fundos Estruturais (2007 – 2013)

## Três acontecimentos relevantes e a registar

- 2007: Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades
- 2.º Semestre de 2007: Presidência Portuguesa da União Europeia (a última até pelo menos 2020)
- 2010: Ano Europeu para a Erradicação da Pobreza